

HOSPITAL SANTA LÚCIA S.A.
Relatório do auditor independente
Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018



HOSPITAL SANTA LÚCIA S.A.
Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis
Balanços patrimoniais
Demonstrações do resultado
Demonstrações do resultado abrangente
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Demonstrações dos fluxos de caixa
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores e Acionistas do
Hospital Santa Lúcia S.A.
Brasília - DF

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis do **Hospital Santa Lúcia S.A. (“Companhia”)**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **Hospital Santa Lúcia S.A.** em 31 de dezembro de 2018, e o desempenho de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Reapresentação das demonstrações contábeis

Em 30 de abril 2018, emitimos relatório de auditoria sem ressalvas sobre as demonstrações contábeis do **Hospital Santa Lúcia S.A.** para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 que ora estão sendo reapresentados. Conforme descrito na nota explicativa no 3.15, essas demonstrações contábeis foram alteradas e estão sendo reapresentadas com ajustes retrospectivos decorrentes da retificação de erro pelo não registro dos créditos tributários decorrentes de diferenças temporais. Como consequência, as demonstrações contábeis referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 foram retificadas, conforme previsto na Resolução no 1.179/09 do Conselho Federal de Contabilidade e CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erro (NBC TG 23 (R1), refletindo os ajustes para fins de comparabilidade entre os exercícios apresentados. Nossa opinião continua sendo sem modificação, uma vez que as demonstrações financeiras e seus valores correspondentes aos períodos anteriores foram ajustados de forma retrospectiva.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações de auditoria, inclusive as eventuais deficiências nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília, 22 de maio de 2019.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1


Fabiano de Oliveira Barbosa
Contador/CRC DF 015827/O-3

HOSPITAL SANTA LÚCIA S.A.**Balancos patrimoniais**

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

Ativo			
	Nota Explicativa	31/12/2018	31/12/2017 (Reapresentado)
Circulante			
Caixa e Equivalentes	5	49.194	8.011
Contas a receber clientes	6	70.468	116.674
Adiantamentos	7	2.919	1.931
Estoques	8	9.516	11.345
Impostos a recuperar	9	2.073	2.088
Outros créditos		1.178	2.156
		135.348	142.205
Não circulante			
Partes Relacionadas	16	22.663	33.587
Tributos Diferidos	9	35.023	23.885
Outros Créditos de LP		8.582	3.685
Prop. para Investimentos	10	32.338	37.088
Imobilizado	11	138.358	134.777
Intangível		301	220
		237.265	233.242
Total do ativo		372.613	375.447

Passivo e patrimônio líquido			
	Nota Explicativa	31/12/2018	31/12/2017 (Reapresentado)
Circulante			
Fornecedores	12	25.641	29.513
Empréstimos e Financiamentos	17	8.005	10.476
Obrigações trabalhistas e sociais	13	14.304	14.822
Obrigações tributárias	14	3.472	9.284
Adiantamentos de Terceiros		1.550	1.875
Dividendos a Pagar	18	25.733	32.690
Outras Contas a Pagar		100	26
		78.805	98.686
Não circulante			
Tributos Diferidos LP	14	10.731	11.661
Empréstimos e Financiamentos LP	17	21.080	28.264
Obrigações Partes relacionadas	16	-	27
Outras Obrigações de LP		1.207	1.001
Provisões Trabalhistas e Cíveis	15	21.257	20.047
		54.275	61.000
Patrimônio Líquido			
Capital Social	18	35.000	35.000
Reserva Legal		7.000	7.000
Reserva de Lucros		197.533	173.761
		239.533	215.761
Total do passivo e do patrimônio líquido		372.613	375.447

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

HOSPITAL SANTA LÚCIA S.A.**Demonstração do resultado**

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Nota Explicativa	Período de doze meses findos em:	
		31/12/2018	31/12/2017
(=) Receita Líquida	19	447.328	447.867
(-) Custos dos Serviços Prestados	20	(247.713)	(235.006)
(=) Lucro Bruto		199.615	212.861
(+/-) Despesas/receitas Operacionais		(153.204)	(131.686)
Despesas operacionais	21	(104.178)	(101.889)
Depreciação e Amortização	11	(6.605)	(5.427)
Outras receitas operacionais		1.584	2.026
Outras despesas operacionais	22	(44.005)	(26.396)
(=) Lucro operacional antes do resultado financeiro		46.411	81.175
Resultado Financeiro		(3.066)	(2.248)
Receitas financeiras		6.735	8.248
Despesas financeiras		(9.801)	(10.496)
(=) Lucro antes do IR e Contribuição Social		43.345	78.927
IR e Contribuição Social Sobre o Lucro	23	(11.218)	(29.230)
Corrente		(22.356)	(29.918)
Diferido		11.138	688
(=) Lucro/Prejuízo do Exercício		32.127	49.697
Quantidade de ações		739	739
Lucro líquido por ação		43,47	67,25

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

HOSPITAL SANTA LÚCIA S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	31/12/2018	31/12/2017
Lucro/(Prejuízo) do Exercício	32.127	49.697
Total do resultado abrangente do exercício	32.127	49.697

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

HOSPITAL SANTA LÚCIA S.A.**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido**

(Em milhares de Reais)

	Capital Social	Reserva Legal	Saldos a Disposição da Assembleia	Resultado do Período	Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2016	35.000	7.000	175.387	-	217.387
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	49.697	49.697
Resgate de partes beneficiárias	-	-	(9)	-	(9)
Saldos a Disposição da Assembleia	-	-	43.999	(43.999)	-
Distribuição de dividendos e JCP	-	-	(45.615)	(5.698)	(51.314)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	35.000	7.000	173.761	-	215.761
Efeitos Adoção CPC 48	-	-	2.135	-	2.135
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	32.127	32.127
Resgate de partes beneficiárias	-	-	(3)	-	(3)
Reversão de Dividendos Prescrição	-	-	2.013	-	2.013
Saldo á Disposição da Assembleia	-	-	32.127	(32.127)	-
Distribuição de dividendos e JCP	-	-	(12.500)	-	(12.500)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	35.000	7.000	197.533	-	239.533

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

HOSPITAL SANTA LÚCIA S.A.**Demonstrações dos fluxos de caixa**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	31/12/2018	31/12/2017 (Reapresentado)
Resultado do exercício	32.127	49.697
Depreciação e amortização	6.605	5.427
Constituição de PCLD	31.690	10.058
Provisão Contingências Trabalhistas e Cíveis	1.210	4.932
Lucro ajustado	71.632	70.114
Contas a receber de clientes	14.516	(2.175)
Adiantamentos	(988)	8.584
Estoques	1.828	(2.637)
Tributos a recuperar	15	1.220
Outros Créditos	918	7.771
Tributos Diferidos	(11.138)	(688)
Outros Créditos de LP	(4.896)	(1.267)
Fornecedores	(3.872)	2.575
Obrigações trabalhistas e sociais	(518)	2.491
Obrigações tributárias	(5.812)	5.912
Adiantamentos de Terceiros	(326)	31
Dividendos a Pagar	(6.957)	1.005
Prov. Contingencias Trabalhistas e Cíveis	-	(3)
Outras Contas a Pagar	135	(7.763)
Tributos Diferidos	(929)	(5.150)
Outras Obrigações de LP	206	306
Caixa líquido das atividades operacionais	47.209	80.326
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Partes Relacionadas	10.923	18.300
Propriedades para Investimento	4.750	(15.750)
Imobilizado	(10.186)	(28.085)
Intangível	(82)	(70)
Caixa líquido das atividades de investimentos	53.814	(25.605)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Empréstimos e Financiamentos	(2.471)	2.285
Empréstimos e Financiamentos LP	(7.183)	(16.605)
Obrigações Partes Relacionadas	(27)	-
Resgate de Partes Beneficiárias	(3)	(9)
Dividendos Distribuídos e JCP	(10.487)	(51.314)
Efeitos Adoção CPC 48	2.135	-
Caixa líquido das atividades de financiamentos	(18.036)	(65.643)
Aumento/(redução) líquido de caixa	41.183	(10.922)
Caixa no início do período	8.011	18.934
Caixa no final do período	49.194	8.011
Aumento/(redução) líquido de caixa	41.183	(10.922)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

HOSPITAL SANTA LÚCIA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

1. Informações gerais

A **Hospital Santa Lúcia S.A. (“Companhia”)** é uma sociedade anônima de Companhia de capital fechado. A Companhia é um hospital situado em Brasília-DF, com sua finalidade única e exclusiva de prestação de serviços hospitalares completos e internação.

A Companhia está localizada no setor de hospitais sul em Brasília-DF, incluindo a parte administrativa.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 30 de abril de 2018.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que também é a moeda funcional da Companhia.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens:

- Provisão para devedores duvidosos;
- Reconhecimento de receita;
- Depreciações do ativo imobilizado;
- Provisões para contingências; e
- Instrumentos financeiros – mensurados a valor justo por meio do resultado.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia, sendo que os valores foram arredondados para o milhar mais próximo, de forma comparativa com as demonstrações contábeis do exercício anterior.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Ativos e passivos significativos sujeitos a estimativas e premissas incluem, principalmente, o cálculo das depreciações sobre o ativo imobilizado (Nota 11) e a estimativa para perdas em função do risco de crédito de clientes (Nota 6). Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua realização ou liquidação.

2.5. Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Alguns novos pronunciamentos contábeis do IASB e interpretações do IFRIC foram publicados e/ou revisados e têm a sua adoção obrigatória para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2018. Segue abaixo a avaliação do Hospital Santa Lúcia dos impactos destas novas normas e interpretações.

2.5.1. Novas normas, interpretações e alterações efetivas a partir de 1º de janeiro de 2018

a) A partir de 1º de janeiro de 2018, entrou em vigor a norma CPC 47

Receita de Contratos com Clientes, não havendo expectativa de impacto significativo na adoção para as demonstrações financeiras do Hospital, no exercício de 31 de dezembro de 2018, conforme destacado a seguir.

IFRS 15/CPC 47 - "Receita de Contratos com Clientes": essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Essa norma baseia-se no princípio de que a receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituirá o princípio de riscos e benefícios. Ela entra em vigor em 1º de janeiro de 2018 e substitui a IAS 11/CPC17 - "Contratos de Construção", IAS 18/CPC 30 - "Receitas" e correspondentes interpretações.

Conforme estipulado no pronunciamento técnico CPC 47, que entrou em vigor em 1º de janeiro de 2018, a taxa inicial não restituível deverá ser reconhecida como um pagamento antecipado por bens ou serviços futuros, sendo a receita registrada quando esses bens ou serviços forem prestados.

b) Receita de Contrato com Cliente CPC 48

O CPC 48 estabelece a forma de classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros e substitui as regras dispostas no CPC 38, que trata da classificação e da mensuração de instrumentos financeiros.

Dentre as principais alterações, destaca-se: (i) os novos critérios de classificação/mensuração de ativos e passivos financeiros; (ii) o novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) a flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge.

Em análise ao novo modelo de *impairment* dos ativos financeiros estabelecido no CPC 48, observa-se que a imparidade passa a ser constituída com base nas perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo anterior de perdas incorridas. O grupo visualiza impacto nas Demonstrações Contábeis, uma vez que no novo modelo normativo as estimativas de perdas não consideram somente os títulos vencidos e não pagos como base para a constituição da perda de crédito de liquidação duvidosa, mas sim, todos os créditos a receber.

Essa classificação exigirá um julgamento relevante sobre como os fatores a seguir, afetam as perdas esperadas de crédito: (i) as mudanças em fatores econômicos; (ii) o contexto no qual o cliente está inserido; (iii) a situação financeira do cliente; e (iv) o histórico do cliente frente ao Grupo Santa.

Nesse contexto, a Companhia aplicou a partir de 2018, conforme orientação da CVM, a abordagem simplificada para registrar as perdas esperadas durante toda a vida do "contas a receber" dos seus clientes.

3. Práticas Contábeis

Dentre as principais práticas adotadas para a elaboração das demonstrações contábeis, aplicadas de forma uniforme com o exercício anterior, ressaltam-se:

3.1. Caixa e equivalente de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

3.2. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor da transação menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa. Uma provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não receberá todos os valores devidos de acordo com as condições originais das contas a receber.

3.3. CPC 48 - Instrumentos Financeiros, Perda estimada com crédito de liquidação duvidosa – PECLD

Esse novo CPC, equivalente ao IFRS 9, estabelece como ano de sua adoção o exercício de 2018. Nesse sentido, introduz novas exigências para classificar e mensurar os ativos financeiros, novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas e flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge. A administração do Grupo Santa revisou seus ativos e passivos financeiros e não identificou impactos relevantes na classificação e mensuração, assim como na contabilização de hedge, uma vez já estarem alinhadas com as práticas de administração de risco do Grupo Santa. Quanto ao modelo de "*impairment*" (de perda incorrida para perda esperada) a Companhia finalizou os estudos de implementação dessa norma e auferiu uma redução estimado na provisão no valor de R\$2.134.859 no total de provisão sobre a carteira de recebíveis. Entretanto, considerando o comportamento atípico de sua carteira de recebíveis, ao longo do próximo exercício, o Grupo Santa continuará a avaliar o seu modelo de provisionamento de forma a adequá-lo ao comportamento específico de sua carteira de recebíveis. Em resumo, o impacto inicial desta norma será reconhecido contra o Patrimônio Líquido da Companhia no montante de R\$2.134.859, líquido de impactos tributários (em 1º de janeiro de 2018).

3.4. Estoques

De acordo com o IAS 2/CPC 16 R1 - Estoques, os estoques são registrados ao custo médio de aquisição ou produção, que não supera os valores de mercado ou valor líquido de realização. O custo desses estoques é reconhecido no resultado quando da utilização por meio de prestação de serviço ou perecimento.

O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e despesas gerais de produção relacionadas (com base na capacidade operacional normal), exceto os custos dos empréstimos tomados.

O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

3.5. Propriedade para investimento

A Companhia é proprietária de terrenos mantidos para fins de valorização. Os terrenos não são utilizados pela Companhia e está demonstrado ao custo de aquisição.

3.6. Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição e/ou construção, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável para casos de ativos qualificáveis, e reduzido pela depreciação acumulada e pelas perdas por *impairment*, quando aplicável.

Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Companhia e de suas controladas, originados de operações de arrendamento mercantil do tipo financeiro, são registrados como se fosse uma compra financiada, reconhecendo no início de cada operação um ativo imobilizado e um passivo de financiamento, sendo os ativos também submetidos às depreciações calculadas de acordo com as vidas úteis estimadas dos respectivos bens ou duração do contrato, nos casos em que não há a opção de compra.

Terrenos não são depreciados. A depreciação dos demais ativos é calculada pelo método linear, para distribuir seu valor de custo ao longo da vida útil estimada.

3.7. Outros ativos e passivos

Outros ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos. Quando requerido, os elementos do ativo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante. Outros passivos são demonstrados pelo valor de realização e compreendem as obrigações com terceiros resultantes de operações não relacionadas a atividade fim da Cooperativa. Quando requerido, os elementos do passivo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

3.8. Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante e passivos não circulantes, em função do seu prazo contratual de pagamento.

3.9. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

3.10. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Reconhecidas quando Companhia têm uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores legais da Companhia. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa no 15.

3.11. Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida de tributos, devoluções, abatimentos e descontos. Geralmente, o montante de receitas brutas é equivalente ao valor das notas fiscais emitidas.

A Companhia reconhece a receita quando:

- (i) O valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- (ii) É provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Companhia;
- (iii) Critérios específicos em conformidade com o CPC 47 tenham sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir:

a) Prestação de serviços – Convênios

A Companhia presta serviços hospitalares e seus clientes, os convênios de saúde, são sua principal fonte de faturamento. As vendas são reconhecidas no momento da prestação de contas para o usuário do plano de saúde junto à Companhia. Portanto, todo seu faturamento é comprovado através de notas fiscais e documentos (Laudos) que evidenciam os serviços prestados aos clientes.

b) Prestação de serviços - Glosas

As receitas de glosas tratam-se de receitas anteriormente canceladas e que foram recuperadas. O trâmite é dado da seguinte forma:

- A Companhia emite nota fiscal e documentos (Laudos) que evidenciam os serviços prestados aos clientes;
- Os convênios, por sua vez, têm o direito de enviar uma perícia em campo para identificar nos laudos apresentados, se existem serviços prestados pela Companhia que estão fora da cobertura dos convênios, seja por questões contratuais ou outros motivos;
- A Companhia, quando recebe os comunicados das glosas, registra como cancelamento contábil e fiscal, em primeiro momento, a fim de fazer a liquidação da fatura da parte que não foi glosada;
- Mesmo após as glosas por parte dos convênios e a Companhia ter aceitado em primeiro momento, ainda é reservado o direito da Companhia a recorrer das glosas e transformá-las novamente em receita. Por isso, existe a necessidade de registrar receitas de glosas.

c) Prestação de serviços - Particulares

As receitas pelo canal de vendas "Particulares" são registradas de duas formas:

- Clientes que não possuem convênios e contratam os serviços diretamente da Companhia, portanto, as receitas são faturadas diretamente aos pacientes, usuários dos serviços hospitalares;
- Os consultórios utilizados pelos médicos são alugados. Portanto, trata-se de receitas de aluguel de consultórios registrada por regime de competência.

d) Receitas financeiras

A receita financeira é reconhecida com base no método da taxa de juros efetiva e descontos obtidos.

3.12. Distribuição de dividendos

A proposta de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio efetuada pela Administração da Companhia que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo circulante no grupo "Outras obrigações", por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Sociedade; entretanto, a parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, declarada pela Administração após o período contábil a que se referem às demonstrações financeiras, mas antes da data de autorização para emissão das referidas demonstrações contábeis, é registrada na rubrica "Dividendo adicional proposto" no patrimônio líquido, sendo seus efeitos divulgados na nota explicativa no 18).

Para fins societários e contábeis, os juros sobre o capital próprio estão demonstrados como destinação do resultado diretamente no patrimônio líquido.

3.13. Outras contas a receber (circulante e não circulante)

Estas são demonstradas ao valor de custo ou de realização, dos dois, o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetários auferidos.

3.14. Imposto de Renda e Contribuição Social corrente e diferido

As despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social do período compreendem os impostos: corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço no país em que a Companhia atua e gera lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações.

Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores recebidos de clientes e pagos às autoridades fiscais.

O Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis. Entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributária sobre a entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

3.15. Ajustes retrospectivos decorrentes de retificação de erros

Em decorrência de determinadas retificações de erros nas políticas contábeis, o Hospital Santa Lucia S.A. efetuou ajustes retrospectivos. Como consequência, as demonstrações contábeis referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2017 foram retificadas, conforme previsto na Resolução no 1.179/09 do Conselho Federal de Contabilidade e CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erro (NBC TG 23 (R1)), refletindo os ajustes para fins de comparabilidade entre os exercícios sociais apresentados, a seguir apresentamos conciliação da quantificação dos efeitos sobre as demonstrações contábeis.

HOSPITAL SANTA LÚCIA S.A.**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis**

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

Balancos Reapresentados						
HPN	31 de dezembro de 2017			01 de janeiro de 2017		
	Saldos Originais	Ajustes	Saldos Finais	Saldos Originais	Ajustes	Saldos Finais
ATIVO CIRCULANTE						
Caixa e Equivalentes	8.011		8.011	18.934		18.934
Contas a receber clientes	116.674		116.674	124.556		124.556
Adiantamentos	1.931		1.931	10.514		10.514
Estoques	11.345		11.345	8.707		8.707
Tributos a recuperar	2.088		2.088	3.308		3.308
Outros créditos	2.156		2.156	2.139		2.139
	142.205		142.205	168.158		168.158
ATIVO NÃO CIRCULANTE						
Partes Relacionadas	33.587		33.587	51.887		51.887
Tributos a recuperar LP (a)	23.197	688	23.885	-	23.197	23.197
Outros Créditos de LP	3.685		3.685	2.419		2.419
Propriedades para investimento	37.088		37.088	21.338		21.338
Imobilizado	134.777		134.777	112.120		112.120
Intangível	220		220	150		150
	232.554		233.242	187.914		211.111
TOTAL DO ATIVO	374.759		375.447	356.072		379.269
PASSIVO CIRCULANTE						
Fornecedores	29.513		29.513	26.938		26.938
Empréstimos e Finan.	10.476		10.476	8.191		8.191
Obrigações trabalhistas	14.822		14.822	12.331		12.331
Obrigações tributárias	9.284		9.284	3.373		3.373
Adiant. de Terceiros	1.875		1.875	1.844		1.844
Dividendos a Pagar	32.690		32.690	31.685		31.685
Outras Contas a Pagar	26		26	-		-
	98.686		98.686	84.362		84.362
PASSIVO NÃO CIRCULANTE						
Tributos Diferidos	11.661		11.661	16.811		16.811
Empréstimos e Finan. LP	28.264		28.264	44.868		44.868
Obrig. com Pessoas Ligadas	27		27	27		27
Outras Obrigações de ELP	1.001		1.001	696		696
Prov. Contingencias	20.047		20.047	15.118		15.118
	61.000		61.000	77.520		77.520
PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Capital Social	35.000	-	35.000	35.000	-	35.000
Reserva de Capital	-	-	-	-	-	-
Reserva Legal	7.000	-	7.000	7.000	-	7.000
Ações em Tesouraria	-	-	-	-	-	-
Reserva de Lucros	173.073	688	173.761	152.190	23.197	175.387
	215.073		215.761	194.190		217.387
TOTAL DO PASSIVO	374.759		375.447	356.072		379.269

a) Anteriormente a Companhia não possuía um critério de constituição de provisão para contingências trabalhistas e cíveis, a partir do exercício de 2017, a administração passou a constituir a provisão de contingências trabalhista e cíveis com base em relatórios jurídicos que avaliam os riscos de dispêndios pela situação de provável perda atual, dessa forma, foi necessário a reformulação dos saldos comparativos, visando apresentar os saldos dos exercícios de 2016 com o mesmo critério de provisão. Em face desses eventos estamos reapresentando a parcela referente ao IR e CSLL Diferidos sobre tais provisões, além destes, está sendo evidenciado os Impostos Diferidos sobre as Provisões de Crédito de Liquidação Duvidosa.

3.16. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não aplicáveis para adoção

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis, alinhado às normas internacionais (IFRS) emitidas pelo IASB (órgão responsável pela harmonização contábil), emitiu os pronunciamentos elencados a seguir, que após aprovados pela CVM, passaram a ser de aplicação obrigatória pelas companhias.

Destaca-se que, apesar das normas internacionais (IFRS) emitidas pelo IASB permitirem a adoção antecipada da norma a critério dos administradores das empresas, a CVM, a fim de manter a comparabilidade das Demonstrações Financeiras, proibiu a aplicação antecipada da norma. Dessa forma, passaram a vigorar, obrigatoriamente, a partir de 01 de janeiro de 2018 os CPC(s) 47 e 48 e passa a vigorar a partir de 01 de janeiro de 2019 o CPC 06 (R2).

Assim, em análise aos possíveis impactos gerados com a adoção dessas normas, verificou-se o seguinte:

a) Operações de Arrendamento Mercantil - CPC 06 (R2)

O CPC 06 (R2), de aplicação obrigatória a partir de 01 de janeiro de 2019, eliminou a contabilização de arrendamento operacional para o arrendatário, apresentando um único modelo de arrendamento que consiste em:

- a. Reconhecer os arrendamentos com prazo maior que 12 meses e de valores substanciais;
- b. Reconhecer inicialmente o arrendamento no ativo e passivo a valor presente;
- c. Reconhecer a depreciação e os juros do arrendamento separadamente no resultado.

Para o arrendador, a contabilização continuará segregada entre operacional e financeiro. Os possíveis impactos decorrentes da adoção desta norma estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

4. Gestão de risco financeiro

4.1. Considerações gerais e políticas

As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia previamente aprovada pela diretoria e acionistas.

As estratégias de gerenciamento de riscos da Companhia e os efeitos nas demonstrações financeiras podem ser resumidos como segue:

a) Risco de Crédito

O risco de crédito decorre da possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo devedor ou contraparte de suas obrigações financeiras nos termos pactuados. Essa exposição está relevantemente associada às aplicações financeiras mantidas pela Companhia, conforme Nota Explicativa nº 5, bem como aos valores a receber (contas a receber), descritos na Nota Explicativa nº 6.

HOSPITAL SANTA LÚCIA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

O entendimento da Administração é de que o risco de crédito está substancialmente mitigado: i) com relação às aplicações financeiras, os recursos estão preponderantemente aplicados em instituições financeiras de primeira linha, cujos prazos de vencimento são de curto prazo; e ii) com relação ao Contas a Receber os valores estão concentrados em operadoras de planos de saúde, entretanto as condições contratadas são normalmente observadas pelas partes.

Adicionalmente, não há nenhum indicativo de redução ao valor recuperável desses ativos, exceto a provisão para créditos de liquidação duvidosa e a provisão para glosas médicas.

b) Risco de mercado

O risco de mercado consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da mudança nos preços de mercado de instrumentos financeiros e compreende os riscos de flutuação da moeda, de taxa de juros e de preços. Essa exposição está relevantemente associada às taxas pactuadas com instituições financeiras das aplicações financeiras mantidas pela Companhia, conforme apresentada na Nota Explicativa nº 4. O entendimento da Administração é de que o risco de taxa de juros está substancialmente mitigado considerando a aplicação em produtos de renda fixa com taxas atreladas à variação do DI, com insignificante margem de alteração.

c) Risco de liquidez

O risco de liquidez está associado à eventual falta de recursos para honrar os compromissos assumidos, em função do descasamento entre ativos e passivos. A previsão de fluxo de caixa é realizada pela administração da Companhia por meio do departamento financeiro.

A administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2018	31/12/2017
Caixa e bancos	4.833	2.548
Aplicações Financeiras de curto prazo	44.361	5.463
Total	49.194	8.011

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários e títulos emitidos e compromissados pelas instituições financeiras de primeira linha, cujo rendimento está atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e possuem liquidez imediata. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita financeira.

6. Contas a receber

	31/12/2018	31/12/2017
Convênios de assistência	148.762	162.276
Clientes particulares	13.107	11.232
(-) Perdas Estimadas para Crédito de Liquidação Duvidosa	(82.034)	(52.479)
Total Contas a Receber de Clientes	79.835	121.029
Créditos Recebidos a Conciliar	(11.386)	(6.337)
Cheques a Receber	1.478	1.479
Cartões de Créditos	541	503
Total	70.468	116.674

HOSPITAL SANTA LÚCIA S.A.**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis**

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

Em função da adoção do CPC 48 a empresa teve um aumento no valor dos registros das provisões de perdas, pois antes só se provisionava os créditos vencidos a mais de 360 dias. Com a adoção passou a provisionar o risco de perda da carteira inclusive dos valores a vencer.

Abertura por vencimento dos valores vencidos e a vencer:

	31/12/2018	31/12/2017
A Vencer	34.049	41.596
Vencidos até 30 dias	20.538	29.794
Vencidos de 31 até 60 dias	9.017	15.752
Vencidos de 61 até 90 dias	4.477	11.619
Vencidos de 91 até 180 dias	4.935	17.482
Vencidos de 181 até 360 dias	12.083	6.477
Vencidos acima de 361 dias	76.770	50.788
(-) Perdas Estimadas para Crédito de Liquidação Duvidosa	(82.034)	(52.479)
Total	79.835	121.029

A Companhia registra a provisão para perda estimada para créditos de liquidação duvidosa, após análise global dos clientes, por meio do "aging list", considerando as perdas incorridas e esperadas. Além disso, a Companhia tem como política reconhecer como perda os saldos vencidos há mais de 5 anos, bem como outros critérios individualizados.

Movimentação da perda estimada para créditos de liquidação duvidosa:

	31/12/2018	31/12/2017
Saldo Inicial	(52.479)	(42.423)
Adições/Baixas	(29.555)	(10.056)
Saldo Final	(82.034)	(52.479)

Levando em consideração o CPC 48, se as regras contábeis abordadas por este fossem adotadas em 2017, o valor a registrar de PECLD no período seria de R\$54.112, apurado conforme tabela a seguir:

	31/12/2017
Convênios de assistência	162.276
Clientes particulares	11.232
(-) Perdas Estimadas para Crédito de Liquidação Duvidosa	(54.112)
Total Contas a Receber de Clientes	119.396
Créditos Recebidos a Conciliar	(6.337)
Cheques a Receber	1.479
Cartões de Créditos	503
Total	115.041

HOSPITAL SANTA LÚCIA S.A.**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis**

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

Abertura por vencimento dos valores vencidos e a vencer:

	31/12/2017
A Vencer	41.596
Vencidos até 30 dias	29.794
Vencidos de 31 até 60 dias	15.752
Vencidos de 61 até 90 dias	11.619
Vencidos de 91 até 180 dias	17.482
Vencidos de 181 até 360 dias	6.477
Vencidos acima de 361 dias	50.788
(-) Perdas Estimadas para Crédito de Liquidação Duvidosa	(54.112)
Total	119.396

Movimentação da perda estimada para créditos de liquidação duvidosa:

	31/12/2017
Saldo Inicial	(44.056)
Adições/Baixas	(10.056)
Saldo Final	(54.112)

7. Adiantamentos

	31/12/2018	31/12/2017
Adiantamentos Fornecedores de Materiais	851	337
Adiantamentos Fornecedores de Serviços	1.132	521
Adiantamentos Fornecedores de Diversos	936	1.073
Total	2.919	1.931

8. Estoques

	31/12/2018	31/12/2017
Medicamentos e Material Hospitalar (a)	8.126	10.065
Almoxarifado em Geral	994	1.151
Outros Estoques	396	129
Total	9.516	11.345

(a) Estoques representados pelos medicamentos e materiais que são utilizados diretamente na prestação dos serviços médicos aos pacientes.

HOSPITAL SANTA LÚCIA S.A.**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis**

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

9. Impostos a recuperar

	31/12/2018	31/12/2017
Saldo Negativo de IRPJ	1.102	857
Saldo Negativo de CSLL	300	362
ISS a Recuperar	633	270
Cofins a Recuperar	9	-
Pis a Recuperar	2	-
Inss a Recuperar	1	1
Incentivo Cultural (ISS Lei 5.021/2013)	-	303
Pert IOF	26	295
IR E CSLL - Diferido s/ PCLD	27.868	17.117
IR E CSLL - Diferido s/ Contingências	7.155	6.768
Total	37.096	25.973
Circulante	2.073	2.088
Não circulante	35.023	23.885

10. Propriedade para Investimentos

	31/12/2018	31/12/2017
Imóveis – Terrenos	32.338	37.088
Total	32.338	37.088

Referem-se basicamente a terrenos destinados a futuros investimentos que atualmente estão registrados pelo custo de aquisição.

Abertura das Propriedades para Investimento:

	31/12/2018	31/12/2017
Lotes na Samambaia terreno 01	3.380	3.380
Lotes na Samambaia terreno 02	3.310	3.310
Lotes na Samambaia terreno 03	1.670	1.670
Lotes na Samambaia terreno 04	1.670	1.670
Terreno na Asa Norte	22.000	22.000
02 Lojas na Asa Sul	-	4.750
Outras	308	308
	32.338	37.088

HOSPITAL SANTA LÚCIA S.A.**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis**

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

11. Imobilizado

Descrição do Bem	Custo	2018	Valor Líquido	2017	Taxa Anual de Depreciação
		Depreciação Acumulada		Valor Líquido	
Edificações e Construções	33.379	(18.737)	14.642	14.699	2%
Móveis e utensílios	8.071	(4.007)	4.064	4.597	10%
Máquinas e equip. Hospitalares	62.023	(21.306)	40.717	32.538	7,14%
Equip. Medicina e Cirurgia	1.195	(732)	464	577	10%
Terrenos	4.579	-	4.579	4.579	0%
Equip. de Refrigeração	2.204	(946)	1.258	782	10%
Equip. de Informática	5.474	(4.031)	1.444	1.196	20%
Elevadores	767	(42)	724	-	10%
Construções em Andamento	69.043	-	69.043	61.973	0%
Veículos	569	(187)	382	490	20%
Instalações	5	-	5	5	10%
Outras Imobilizações	2.470	(1.433)	1.037	13.341	0 a 20%
Total	189.779	(51.421)	138.359	134.777	

A Administração do Hospital Santa Lúcia S.A. realizou o levantamento físico em relação aos bens do ativo imobilizado, os quais foram validados em laudo por meio da empresa (VR GROUP Auditores & Consultores) especializada em controles e mensurações de ativos imobilizado, a qual teve por finalidade de avaliar e mensurar o valor dos ativos por maior grau de relevância, bem como suas depreciações em função do prazo de vida útil estimada dos bens, adequando-se as normas contábeis e tributárias.

HOSPITAL SANTA LÚCIA S.A.**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis**

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

Descrição do Bem	2016	2017			2018				
	Líquido	Aquisições	Baixas	Dep. Período	Líquido	Aquisições	Baixas	Dep. Período	Líquido
Edificações e Construções	14.370	-	384	(55)	14.699	-	-	(57)	14.642
Móveis e utensílios	6.717	1.016	(2.411)	(725)	4.597	462	(202)	(793)	4.064
Máquinas e equip. Hospitalares	33.786	16.543	(14.181)	(3.609)	32.538	12.890	130	(4.841)	40.717
Equip. Medicina e Cirurgia	1.001	1	(153)	(273)	576	314	(250)	(177)	464
Terrenos	4.579	-	-	-	4.579	-	-	-	4.579
Equipamentos de Refrigeração	671	96	163	(148)	783	676	(20)	(181)	1.258
Equipamentos de Informática	4.084	222	(2.394)	(716)	1.196	1.051	(47)	(756)	1.444
Elevadores	-	-	-	-	-	766	-	(42)	724
Construções em Andamento	53.024	9.150	(201)	-	61.973	7.249	(179)	-	69.043
Veículos	40	491	(1)	(40)	490	-	-	(108)	382
Instalações	5	-	-	-	5	-	-	-	5
Outras Imobilizações	4.684	20.299	(11.642)	-	13.341	7.185	(19.489)	-	1.037
Total	122.961	47.818	(30.436)	(5.566)	134.777	30.593	(20.057)	(6.955)	138.359

12. Fornecedores a pagar

	31/12/2018	31/12/2017
Materiais e Medicamentos	18.610	19.107
Imobilizado	270	591
Serviços Médicos	827	1.267
Serviços de Manutenção	371	582
Materiais Diversos	336	1.372
Gêneros Alimentícios	571	493
Almoxarifado	215	134
Outros Serviços de Pessoa Jurídica	4.441	5.967
Total	25.641	29.513

HOSPITAL SANTA LÚCIA S.A.**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis**

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

13. Obrigações trabalhistas e sociais

	31/12/2018	31/12/2017
Salários e ordenados	3.890	4.536
Provisão trabalhistas e encargos	8.172	8.022
FGTS	555	552
INSS	1.687	1.712
Total	14.304	14.822

14. Obrigações tributárias

	31/12/2018	31/12/2017
COFINS a recolher	601	766
PIS a recolher	130	164
IRPJ a recolher	393	1.293
CSLL a recolher	170	362
Retenção 4,65%	478	426
INSS Retenção PJ	296	261
IRRF	880	1.348
ISS	496	498
IOF	28	4.166
PIS diferido	388	343
COFINS diferido	1.790	1.582
IRPJ diferido	6.289	7.159
CSLL diferido	2.264	2.577
	14.203	20.945
Circulante	3.472	9.284
Não circulante	10.731	11.661

15. Provisão Trabalhistas e Cíveis

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas e cíveis, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais.

A Administração do Hospital Santa Lúcia S.A. adotou os critérios de provisionamentos de provisões trabalhistas e cíveis, por meio de critérios internos administrativos e acompanhamentos jurídicos, mantendo os controles e aprimorando dos critérios de avaliação, nos controles internos, nos critérios de reconhecimento e nas bases de mensuração aplicáveis à constituição das provisões para contingências. Abaixo apresentamos as principais características:

a) Processos classificados como prováveis de perda e provisionados contabilmente

Natureza	2018	2017
Trabalhistas	13.278	10.400
Cíveis	7.979	9.647
Total	21.257	20.047

HOSPITAL SANTA LÚCIA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

As contingências trabalhistas e previdenciárias referem-se a processos movidos por ex-funcionários vinculados a verbas decorrentes da relação de emprego e a vários pleitos indenizatórios.

b) Processos classificados como possíveis de perda e não provisionados contabilmente

Natureza	2018	2017
Trabalhistas	2.467	63
Cíveis	7.979	3.314
Total	10.466	3.377

Os Processos classificados como possíveis de perda e não provisionados contabilmente, tiveram um aumento em função da atualização das planilhas e controles operacionais extras contábeis.

16. Partes relacionadas

Os saldos e as transações com partes relacionadas são a seguir apresentados:

a) Valores a receber

	31/12/2018	31/12/2017
Cliente - HOSPITAL MARIA AUXILIADORA	103	1.344
Cliente - HOSPITAL PRONTONORTE	146	44
Cliente - CENTRO RADIOLÓGICO DO GAMA	-	-
Cliente - CENTRO RADIOLÓGICO DE BRASÍLIA	36	33
Cliente - POLICLINICAS M. SANTA LÚCIA	-	3
Contrato de Mutuo a receber - NEW HSH	-	3.834
Contrato de Mutuo a receber - HPN	5.066	4.477
Contrato de Mutuo a receber - HMA	17.597	21.597
Contrato de Mutuo a receber - CRB	-	310
Contrato de Mutuo a receber - CRG	-	80
Contrato de Mutuo a receber - Filial HMAS	-	3.289
Total	22.948	35.011
Contas a receber (Clientes)	285	1.424
Mutuo (Partes Relacionadas)	22.663	33.587
Total	22.948	35.011

Os valores dos mútuos são contratos de conta corrente recíprocas, nas quais os correntistas deixam a disponibilidade diária recursos financeiros em caixa único, os quais são utilizados para extinção de obrigações. Os débitos e créditos são quitados por meio de confronto periódico realizados através de balanços contábeis. Os valores a receber de partes relacionadas de clientes fazem parte da composição da rubrica do grupo de clientes no ativo circulante.

HOSPITAL SANTA LÚCIA S.A.**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis**

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

b) Valores a pagar

	31/12/2018	31/12/2017
Obrigações - HOSPITAL MARIA AUXILIADORA	18	33
Obrigações - HOSPITAL PRONTONORTE	2	1
Obrigações - CENTRO RADIOLOGICO DE BRASILIA	5	5
Obrigações - TECLAV	-	243
Empréstimos de Acionistas	-	27
Total	25	309
Contas a pagar (Fornecedores)	25	282
Empréstimos (Partes Relacionadas)	-	27
Total	25	309

Os valores a pagar com partes relacionadas de obrigações fazem parte da composição da rubrica de fornecedores no passivo circulante.

16.1. Remuneração do pessoal-chave

A remuneração dos diretores e conselho de administração que corresponde a benefícios de curto prazo e os valores estão em condições normais de mercado.

No exercício de 2018 não houve concessão de benefícios de longo prazo pós-emprego, plano de aposentadoria, de rescisão de contrato de trabalho nem remuneração baseada em ações.

17. Empréstimos e Financiamentos

	31/12/2018	31/12/2017
Curto Prazo		
Financiamento Equipamentos Hospitalares	8.005	10.476
	8.005	10.476
Longo Prazo		
Financiamento Equipamentos Hospitalares LP	21.080	28.264
	21.080	28.264
Total Geral	29.085	38.740

HOSPITAL SANTA LÚCIA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

A Administração do Hospital Santa Lúcia S.A. possui a seguinte composição de empréstimos.

Entidades	31/12/2018	31/12/2017	Encargos
Terracap Financiamento	-	1.978	12,22% a.a.+ IGPM
Empréstimo GE 5	-	5.234	3,80% a.a.+ LIBOR
Empréstimo GE 6	-	1.394	5,80% a.a.+ LIBOR
Empréstimo GE 7	-	5.207	5,80% a.a.+ LIBOR
Banco Do Brasil - FCO Obra	17.196	21.657	8,04% a.a.
Banco Santander - Leasing	72	453	18,12% a.a.
Banco Itaú	11.817	2.817	4,4% a.a.
Total Geral	29.085	38.740	
Circulante	8.005	10.476	
Não Circulante	21.080	28.264	
	29.085	38.740	

- a) Financiamento não possui cláusula de vencimento antecipado;
- b) Os contratos de empréstimos e financiamentos não possuem cláusulas de vencimento antecipado e referem-se a financiamentos de equipamentos hospitalares, sendo que as garantias são os próprios bens adquiridos;
- c) Financiamento junto ao FCO (Fundo Constitucional do Centro Oeste). As garantias são próprias as empresas do próprio Grupo.

18. Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2017, o capital da Companhia era de R\$35.000 (Trinta e cinco milhões).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, não houve alteração no capital social, sua composição é de 739 ações nominativas ordinárias subscritas e integralizadas.

(b) Reservas de lucros

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social.

A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos e aumentar o capital.

A reserva de lucros para investimentos e capital está representada pelos lucros não distribuídos.

(c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Conforme disposição estatutária aos acionistas estão assegurados dividendos e/ou juros sobre o capital próprio, que somados correspondam, no mínimo, a 25% do lucro líquido do exercício da Companhia, ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

HOSPITAL SANTA LÚCIA S.A.**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis**

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

Em conformidade com a Lei nº 9.249/95, a administração da Companhia aprovou a distribuição a seus acionistas de juros sobre o capital próprio, calculados com base na variação da Taxa de Juros a Longo Prazo (TJLP), imputando-os ao valor do dividendo mínimo obrigatório. Em atendimento ao disposto no CPC 09 e ICPC 08, o montante dos juros sobre o capital próprio de R\$ 12.500 foi contabilizado no Patrimônio Líquido, seguindo o mesmo tratamento dado ao Dividendo Obrigatório.

	31/12/2018	31/12/2017
Dividendos a pagar	15.402	27.022
Juros Sobre Capital Próprio	10.331	5.668
	25.733	32.690

Receita líquida

Abaixo apresentamos a reconciliação das receitas brutas para a receita líquida:

	31/12/2018	31/12/2017
Receita Bruta de serviços	518.154	532.568
(-) Impostos sobre a receita	(27.213)	(27.729)
(-) Descontos e abatimentos	(43.613)	(56.972)
Receita Líquida	447.328	447.867

19. Custos dos Serviços

	31/12/2018	31/12/2017
Custos com Serviços PJ	97.053	75.201
Custos com Pessoal	55.859	49.535
Custos Medicamentos e Materiais Hospitalares	94.636	108.407
Outros Custos Aplicado	165	1.863
Receita Líquida	247.713	235.006

20. Despesas operacionais por natureza

	31/12/2018	31/12/2017
Salários e Encargos Sociais	(39.417)	(37.546)
Serviços de Manutenção e Conservação	(7.033)	(7.082)
Serviços de Terceiros	(35.575)	(39.561)
Despesas Tributárias	(927)	(1.072)
Materiais de Uso Consumo	(4.764)	(2.763)
Demais Despesas Operacionais (21.1)	(16.462)	(13.865)
Total	(104.178)	(101.889)

HOSPITAL SANTA LÚCIA S.A.**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis**

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

21.1. Demais despesas operacionais

	31/12/2018	31/12/2017
Locação de Máq e Equip.	(1.066)	(1.312)
Energia Elétrica	(5.616)	(4.778)
Água e esgoto	(2.157)	(2.192)
Propaganda/Publicidade/Marketing	(1.208)	(538)
Bens de Valores irrelevantes	(2.279)	(464)
Indenização judiciais e extrajudiciais	(499)	(811)
Lanches e refeições	(996)	(1.028)
Viagens e estadias	(391)	(312)
Internet	(904)	(387)
Alugueis	(447)	(436)
Despesas Gerais	(899)	(1.607)
Total	(16.462)	(13.865)

21. Outras despesas operacionais

	31/12/2018	31/12/2017
Provisão Contingencias Trabalhistas e Cíveis	(1.210)	(4.932)
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	(31.690)	(10.058)
Perdas Efetivas de Convênios e Clientes	(9.715)	(6.880)
Outras despesas Operacionais	(1.390)	(4.526)
Total	(44.005)	(26.396)

22. Imposto de Renda e Contribuição Social**a) Reconciliação do Imposto de Renda e da Contribuição Social**

	31/12/2018	31/12/2017
Resultado Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	43.345	78.927
Tributos com Exigibilidade Suspensa	202	306
Despesas não Dedutíveis	427	9.394
Provisões não Dedutíveis	93.258	7.251
Reversões	(56.373)	-
Distribuição de JCP	(12.500)	(6.000)
Base de Cálculo	68.359	89.878
Incentivos fiscais	(862)	(616)
Alíquota	34%	34%
Despesas com Imposto de Renda e Contribuição		
Social	(11.218)	(29.230)
IR - Corrente	(23.539)	(34.270)
IR - Diferido	1.183	4.352
IR e CS Societária - Diferido s/ PCLD	10.751	(964)
IR e CS Societária - Diferido s/ Contingencias	387	1.652

HOSPITAL SANTA LÚCIA S.A.**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis**

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

23. Seguros (Não Auditado)

A Companhia adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados em montantes considerados suficientes pela Administração, levando em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros. A cobertura dos seguros, em valores de 31 de dezembro de 2017, é assim demonstrada:

Item	Tipo de cobertura	Importância segurada
Complexo das atividades	Quaisquer danos materiais a edificações, instalações e máquinas e equipamentos	60.000
		60.000

24. Relacionamento com os auditores independentes

A Companhia não contratou outros serviços de não auditoria com seus auditores independentes.

25. Eventos subsequentes

Não há eventos subsequentes de 1º de janeiro de 2018 até data de emissão dessas demonstrações contábeis e, que sejam necessárias divulgações adicionais, conforme CPC 24/IAS 10.

